

Corrupção no ES volta à pauta da Justiça

Tribunais superiores retomam amanhã a análise de mais de 30 processos envolvendo ex-autoridades do Estado, entre elas Gratz, José Ignácio e os conselheiros do TC

LÚCIA GARCIA E RADANEZI AMORIM

Com o fim do recesso do Judiciário, a partir de amanhã, mais de 30 processos contra ex-políticos capixabas que tramitam no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, e no Tribunal Regional Federal (TRF-2), no Rio de Janeiro, devem ser coladas em pauta para julgamento de mérito.

A ficha dos ex-poderosos do Estado na Justiça Federal é extensa. Um dos casos que deve ser analisado nas próximas semanas é o que envolve cinco dos sete conselheiros do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES).

O presidente do órgão, Valci Ferreira, e os conselheiros Umberto Messias, Marcos Madureira, Mario Moreira, Enivaldo dos Anjos são acusados de lavagem de dinheiro, desvio de verbas e formação de quadrilha. Teriam, segundo denúncia do Ministério Público Federal, se apropriado de recursos destinados à construção de escolas e ginásios no interior do Estado. Também são acusados de participação num esquema de desvio de verbas do seguro de vida dos deputados estaduais.

Os ministros do STJ e desembargadores do TRF-2 retornam às atividades normais a partir de amanhã. Em Brasília, os ministros devem retomar a análise sobre a petição 2.655, na qual foi solicitado o afastamento dos conselheiros denunciados.

Esse caso já teve a liminar apreciada pelo presidente do STJ, Nilson Vital Naves, que decidiu não afastar os conselheiros. Mas a Assembleia Legislativa - autora da petição - deve recorrer da decisão alegando que a ação não foi analisada pelo ministro

A ficha dos ex-poderosos

Confira os processos pendentes de julgamento de mérito, envolvendo políticos capixabas, que poderão entrar na pauta dos tribunais superiores, que retornam às atividades normais nesta segunda-feira. Acompanhe alguns dos casos:

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília

Petição 2665

Envolvidos

O presidente do Tribunal de Contas (TCES), Valci José Ferreira de Souza (foto); os conselheiros Enivaldo Euzébio dos Anjos, Umberto Messias de Souza, Marcos Miranda Madureira e Mário Alves Moreira; o ex-presidente da Assembleia José Carlos Gratz; o ex-diretor-geral da Assembleia André Luiz Cruz Nogueira; e o ex-secretário de Educação Robson Mendes Neves

Caso

A petição refere-se a dois fatos. Um é o superfaturamento do seguro de vida dos deputados estaduais, ex-deputados e pensionistas ligados ao extinto Instituto de Previdência dos Deputados Estaduais do Estado do Espírito Santo (IPDE). Outro é o desvio de verbas públicas que serviriam para a construção de ginásios esportivos em escolas estaduais, com a denúncia de participação dos conselheiros.



Inquérito 376

Envolvidos

O conselheiro do TCES Umberto Messias

Caso

Messias é acusado de receber um cheque de R\$ 50 mil de Raimundo Benedito de Souza Filho, o Bené, ex-coordenador de campanha do ex-governador José Ignácio. Messias alegou que o cheque seria para a campanha política de um irmão.



Ação Penal 257

Envolvidos

O ex-governador José Ignácio Ferreira (foto), o deputado José Tasso, o ex-presidente da Assembleia José Carlos Gratz e o ex-secretário da Fazenda José Carlos da Fonseca Júnior

Caso

Desvio de recursos públicos oriundos da Fundação Augusto Ruschi, do Departamento de Estradas de Rodagens do Espírito Santo (DER), e de outras operações. A verba era depositada em contas correntes dos órgãos públicos na Cooperativa de Crédito e Mútuo de Servidores da Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo (Coopetfes). O dinheiro teria sido destinado às campanhas eleitorais para as prefeituras capixabas.



Ação Penal 300 (Esse caso teve início com o inquérito 391, que acabou reclassificado para APN 300)

Envolvidos

O ex-presidente da Assembleia José Carlos Gratz (foto), e os conselheiros do Tribunal de Contas Valci Ferreira.

Caso

Envolvimento em esquema de lavagem de dinheiro e crime contra o sistema financeiro. O caso é baseado em declarações de um ex-empregado da fazenda do Frigorífico Beija-Flor, localizada em Viana. Segundo ele, Valci manejaria de forma indireta o frigorífico. Tal empresa seria usada de fachada para encobrir as operações ilícitas.



Ação Penal 277

Envolvidos

O ex-governador José Ignácio Ferreira, e a sua mulher e ex-secretária do Trabalho e Ação Social, Maria Helena Ruy Ferreira (foto)

Caso

O ex-governador é acusado de arquitetar uma operação fraudulenta simulando a realização de um projeto de cunho social, que seria financiado por empresários de modo a possibilitar a obtenção de fundos públicos para serem apropriados e transferidos para o Caixa 2. O projeto consistia na construção de uma fábrica de sopas. Tal programa, contudo, seria mero simulacro para que se criasse condições para que a quadrilha instalada no Poder Executivo drenasse recursos públicos oriundos do Fundap.



Inquérito 310

Envolvidos

O ex-governador José Ignácio Ferreira e o ex-secretário de Transportes e Obras Públicas Jorge Hélio Leal

Caso

Refere-se às investigações a respeito do Programa de Despoluição dos Ecossistemas Litorâneos do Espírito Santo (Prodesan), que apura indícios de irregularidades cometidas por Ignácio.

Inquérito 316 (Processo enviado para a Justiça Federal capixaba)

Envolvido

O ex-governador José Ignácio Ferreira

Caso

Ignácio teria sacado, a descoberto, R\$ 2,6 milhões de sua conta no Banestes, na época da campanha eleitoral em 1998. A conta negativa seria posteriormente coberta por duas empresas de engenharia, sob a alegação de contribuição à campanha.

Ação Penal 279

Envolvido

O ex-governador José Ignácio Ferreira

Caso

Gravações mostraram conversas em que um empresário mineiro fez dos próprios diálogos telefônicos, revelando a exigência de vantagem financeira indevida como condição para que fossem autorizadas transferências e compensações de créditos de ICMS das empresas exportadoras beneficiadas pela Lei Kandir - que dispõe a respeito do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Ex-deputados têm processos no TRF do Rio

O ex-deputado e ex-prefeito de Conceição de Barra Mateus Vasconcelos, conhecido como "Mateusão", é o "campeão" entre as autoridades e políticos capixabas que foram denunciados no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), no Rio de Janeiro. Entre meados de 2002 e o final de 2003, Mateusão foi alvo de cinco denúncias do Ministério Público Federal (MPF), protocoladas no órgão.

Ele foi acusado de desvio de dinheiro de convênios firmados entre a Prefeitura de São Mateus e o Governo federal para a realização de obras de ampliação e melhoria do sistema de esgoto sanitário da cidade, contenção das margens do Rio São Mateus e para a compra de material hospitalar.

Em outra denúncia, o ex-deputado é acusado de desviar R\$ 690 mil do Fundo Nacional de Saúde (FNS), destinados à aquisição de equipamentos que seriam instalados no Hospital e Maternidade São Judas Tadeu. Mateusão teria ainda desviado R\$ 91 mil que seria destinado ao Programa de Alimentação Escolar, entre outras acusações.

O ex-presidente da Assembleia Legislativa José Carlos Gratz é outro que tem processos no TRF-2. Logo no início dos trabalhos da missão especial contra o crime organizado, no final de 2002, ele foi denunciado pela prática de crime contra instituição financeira

são alegando que a ação não foi analisada pelo ministro relator Francisco Pençanha.

O presidente da Assembléia, Cláudio Vereza (PT), deve apresentar recursos à decisão ainda este mês, uma vez que o Legislativo também estava em recesso parlamentar.

Gratz e Ignácio

A maioria das ações contra ex-políticos capixabas, pendente de julgamento de mérito, envolve o ex-presidente da Assembléia José Carlos Gratz e o ex-governador José Ignácio Ferreira. Em muitos dos casos os dois são parte no mesmo processo.

Ignácio é o recordista em número de ações: 15 no total. A mais recente é a petição 2.673 protocolada no dia 20. Esta acabou distribuída para o ministro Francisco Falcão, da Corte Especial do STJ, no dia 27. Esse caso refere-se ao superfaturamento de obras supostamente praticados durante a gestão do ex-governador, segundo informações do Ministério Público Federal

Ação penal 276

Envolvidos

O ex-governador José Ignácio Ferreira e o ex-secretário de Transporte e Obras Públicas Jorge Hélio Leal (foto)

Caso

Para que a Coopetfes não quebrasse e expusesse todo o esquema fraudulento dos envolvidos, era necessária a "irrigação" da conta de Raimundo Benedito. E isso era feito com recursos públicos, segundo o Ministério Público Federal. Duas eram as principais fontes. Uma, a transferência de verbas da Sedu e do DER, da conta do Tesouro Estadual no Banestes para a Coopetfes com a finalidade de serem aplicadas a juros de 7,5% ao ano. A outra, a transferência de significativa parcela decorrente de uma negociação fraudulenta de aquisição de ICMS (cerca de cinco milhões de reais).



No Tribunal Regional Federal, 2ª região (TRF-2), no Rio de Janeiro



Mateus Vasconcelos

O ex-deputado foi alvo de cinco denúncias no TRF-2 por várias acusações como desvio de dinheiro de convênios firmados entre a Prefeitura de São Mateus e o Governo federal para a realização de obras de

ampliação e melhoria do sistema de esgoto sanitário da cidade, contenção das margens do Rio São Mateus, para a compra de material hospitalar, entre outros.

José Carlos Gratz

O ex-presidente da Assembléia Legislativa foi denunciado por prática de crime contra instituição financeira, por ter divulgado "informações falsas e prejudicialmente incompletas sobre a situação patrimonial e contábil" do Banestes quando o processo de privatização foi iniciado. Em outra denúncia, Gratz foi acusado de injúria, difamação e desacato, quando o ex-deputado rasgou uma recomendação enviada por um procurador à Assembléia.

Rui Baromeu

O ex-prefeito de São Mateus foi acusado de participação em uma organização criminosa especializada em fraudar licitações em prefeituras. O grupo atuava no Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. No Estado, um dos alvos foi a Prefeitura de São Mateus, de onde foram desviados recursos destinados à Educação e à Saúde. O dinheiro seria para a aquisição de merenda e material escolar, remédios e a realização de obras públicas.



Luiz Carlos Moreira (PMDB)

O deputado foi denunciado porque teria ajudado Gratz, que tinha prisão decretada, a tentar fugir. Ele foi acusado de favorecimento pessoal, conforme artigo 348 do Código Penal.

Ilvan/A Gazeta/Ed. de Arte

(MPF) - autor da ação.

Já Gratz responde a cinco ações, incluindo um pedido de habeas corpus, cuja liminar já foi apreciada, faltando o julgamento do mérito. Trata-se do hábeas 27.275, que pode entrar em pauta com o fim do recesso do Judiciário.

Nesse caso Gratz teve a prisão preventiva decretada pelo TRF-2 e ficou preso de março a junho de 2003, na carceragem da Polícia Federal, acusado da prática de corrupção passiva e lavagem de dinheiro em conjunto com outros ex-deputados. Todos

foram acusados de participar de um esquema para reeleger Gratz à presidência da Assembléia, em 2000.

Empresários

O mesmo processo envolveu três empresários, entre eles Carlos Guilherme Lima,

que também ficou preso por mais de nove meses na carceragem da Polícia Federal, em Vila Velha. Já os sete deputados obtiveram habeas-corpus no Supremo Tribunal Federal (STF), e conseguiram suspender a ação que tramitava contra eles no TRF-2.

ciado pela prática de crime contra instituição financeira, por ter divulgado "informações falsas e incompletas sobre a situação patrimonial e contábil" do Banestes quando o processo de privatização foi iniciado.

Meses depois, o procurador da República no Espírito Santo Edson Abdon enviou ontem à Procuradoria Regional da República duas representações acusando Gratz de injúria, difamação e desacato.

Projeto

Durante uma votação na Assembléia, Gratz rasgou uma recomendação enviada pelo procurador aos deputados para que não votassem um projeto enviado pelo Governo que destinaria recursos de um fundo federal para o pagamento de servidores públicos. Ele ainda ofendeu o procurador da tribuna.

O deputado Luiz Carlos Moreira (PMDB) foi denunciado pelo MPF porque teria facilitado a fuga de Gratz, em fevereiro de 2003, quando o ex-deputado estava com prisão preventiva decretada pela Justiça.

Para Garotinho, Lula é igual a FHC

Rio - Na contramão das negociações entre o PT e PMDB em São Paulo, uma das lideranças deste partido no Rio, o ex-candidato à Presidência Anthony Garotinho, criticou hoje duramente o Governo federal. Para ele, o Governo do PT não faz mais que continuar o do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ao prosseguir com o pagamento de juros que, segundo disse, prejudicam diretamente a área social.

"O Governo federal gastou R\$ 145 bilhões no ano de 2003 para pagar juros aos bancos. É o maior gasto com juros já registrado na história do Brasil", declarou em seu programa matinal de rádio "Encontro marcado com Garotinho".

"Do jeito que a coisa vai,

estamos entrando pelo décimo ano do Governo Fernando Henrique." De acordo com Garotinho, no Governo Lula "os banqueiros nadam de braçada" no dinheiro, enquanto o desemprego e a fome aumentam. Aliado de Lula no segundo turno da eleição presidencial, quando pertencia ao PSB, Garotinho disse estar decepcionado com o Governo.

"Depositamos a nossa confiança no presidente. Gostaríamos de vê-lo acertando", frisou. Ele criticou ainda o aumento de 1% nos salários do funcionalismo público federal, concedido no ano passado, e a atitude de Lula de demitir pelo telefone o ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque.